



Notas Explicativas do Balanço Orçamentário do RPPS

Anexo 12 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto operacional: os dados apresentados compreendem o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município, organizado sob a forma de fundo público nos termos da Lei Municipal nº 114 de 02 de julho de 1991. O detalhamento da previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias atendeu as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações, tendo sido observados, quando cabíveis, os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 – Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 – Operações Intraorçamentárias: de acordo com as prescrições do MCASP as receitas e despesas intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes do mesmo orçamento e não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas. No caso do RPPS, os principais registros se referem ao ingresso das contribuições previdenciárias de responsabilidade do ente patrocinador (patronal), abaixo detalhadas:

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d) =(c-b)
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00 Contribuição Patronal – Servidor Civil Ativo	1.606.957,00	1.606.957,00	1.548.834,72	58.122,28
7.2.1.5.50.1.0.00.00.00 Contribuição Patronal – Servidor Civil Inativo	2.598,00	2.598,00	2.944,91	-346,91
7.2.1.5.51.1.0.00.00.00 Contribuição Patronal – Parcelamentos – Servidor Civil Ativo	70.000,00	70.000,00	74.463,12	-4.463,12
SOMA	1.679.555,00	1.679.555,00	1.626.242,75	53.312,25

Nota 4 – Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita do RPPS que, no exercício de 2024 totalizaram R\$ 188.213,67. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita de remuneração dos recursos do RPPS	188.213,67
Total das Deduções da Receita Orçamentária	188.213,67

Nota 5 – Utilização do Superávit Financeiro: como se pode observar, não houve utilização do valor do Superávit Financeiro do RPPS apurado no exercício anterior.

Nota 6 – Créditos Adicionais Reabertos: de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2024 não houve a reabertura de créditos especiais no orçamento do RPPS, que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses de 2023.

Nota 7 – Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2024, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei Federal nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 5/2024, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.



Notas Explicativas do Balanço Financeiro do RPPS

Anexo 13 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Receitas Orçamentárias: são apresentadas considerando as próprias e operações intraorçamentárias, líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual	Exercício Anterior
9.1.3.2.1.04.0.0.00.00.00 – (R) Dedução da Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	188.213,67	141.067,20
Total das Deduções da Receita Orçamentária	188.213,67	141.067,20

Nota 2 – Recursos Vinculados ao RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município. As receitas das contribuições dos segurados foram arrecadadas conforme a alíquota definida de avaliação atuarial, de 14%. Já as contribuições patronais foram apropriadas como receitas intraorçamentárias, conforme as alíquotas vigentes para o exercício, de 14,27% a título de alíquota normal, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, e de 8,89% para a contribuição especial para a recuperação do passivo atuarial, conforme a Lei Municipal nº 1.998/2022 e alterações. Especificamente quanto a compensação previdenciária entre o RPPS e o RGPS, cumpre destacar que, nos termos do art. 35 da Portaria MF nº 464/2018, e tendo em vista a superveniência de convênio celebrado para a sua operacionalização, tais valores foram considerados na avaliação atuarial realizada, com data focal em 31 de dezembro de 2024, onde foram projetados os valores a receber e a pagar relativos aos benefícios concedidos e a conceder, observados os parâmetros definidos pela Secretaria de Previdência e especificados no Relatório da Avaliação Atuarial.

Nota 3 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento. No caso específico das retenções e consignações, destaca-se que o critério adotado para o registro dos ingressos foi o momento do pagamento do empenho orçamentário sendo que o registro da baixa dessas obrigações somente ocorreu quando do efetivo recolhimento ao favorecido. Também foram considerados respectivamente como recebimentos e pagamentos extraorçamentários as inscrições e os pagamentos de restos a pagar.

Nota 4 – Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, considerando as operações intraorçamentárias do RPPS, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário.



Notas Explicativas do Balanço Patrimonial do RPPS

Anexo 14 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: este demonstrativo compreende as operações do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Nova Esperança do Sul, organizado sob a forma de fundo público nos termos da Lei Municipal nº 114 de 02 de julho de 1991.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos do RPPS para a utilização exclusiva de pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração.

Nota 4 – Créditos e Demais Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante devido se referirem a parcela de contribuição previdenciária do ente e do servidor do mês de dezembro/2024 e representam 2,57% do total de créditos. O restante, correspondente a 97,43% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante e se referem ao parcelamento de Contribuição Patronal em que o fundo tem a receber do Poder Executivo Municipal, como também o Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Deficit Atuarial. O saldo do parcelamento representa 24 parcelas restantes ao valor médio de R\$ 7.251,00 cada. O quadro a seguir detalha a composição dos saldos dos créditos a receber do RPPS:

Créditos de Curto Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior	Créditos de Longo Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior
1.1.3.6.1.00 – Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo – Consolidação	157.519,21	73.381,31	1.2.1.1.2.06 – Créditos Previdenciários do RPPS	87.014,54	255.660,09
1.1.3.6.2.00 – Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo – Intra OFSS	348.197,45	115.195,09	1.2.1.1.2.08 – Créditos para Amortização de Deficit Atuarial – Fundo em Capitalização – Intra OFSS	19.122.849,41	17.591.540,53
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	505.716,66	188.576,40	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	19.209.863,95	17.847.200,62

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto e a Longo Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que em comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 12,49%. Nos Investimentos Temporários a Longo Prazo o destaque são para o início de aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional. Segue o detalhamento:

Título / Subtítulo	Saldos	
	Ex. Atual	Ex. Anterior
1.1.4.4.1.01 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS	27.642.952,61	24.227.080,93
1.1.4.4.1.02 – Aplicações em Segmento de Renda Variável – RPPS	357.124,26	0,00
1.1.4.4.1.03 – Aplicações em Fundos de Investimento no Exterior	267.909,32	159.202,97
1.1.4.4.1.04 – Aplicações em Fundos de Investimento Estruturados	806.600,63	447.039,18
1.1.4.4.1.30 – Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	168.362,52	67.181,11
1.1.4.4.1.99 – Outros Investimentos do RPPS	0,00	6.520.256,69
1.1.4.9.0.00 – (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	17.337,60	0,00
1.2.1.3.1.08 – Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional Marcados na Curva	6.118.124,81	0,00

Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto e a Longo Prazo	35.343.736,55	31.420.760,88
--	---------------	---------------

Nota 6 – Imobilizado – Bens Móveis: para fins dos registros do ativo imobilizado, informa-se que de acordo com a NBC TSP 07 e disposições específicas da Parte II do MCASP, o RPPS adota como política contábil de mensuração dos seus ativos, o método do custo. Foi iniciado o procedimento de depreciação dos móveis a partir de 2017. Cumpre destacar que, para fins de controle patrimonial dos bens móveis e imóveis de propriedade do RPPS, a unidade gestora decidiu recepcionar as normas estabelecidas pelo Poder Executivo nos termos do Decreto nº 39/2012. Em 2024 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 40.390,01, representando 100% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 829,78. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo	
	Ex. Atual	Ex. Anterior
1.2.3.1.1.01 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.098,07	13.821,79
1.2.3.1.1.02 – Bens de Informática	20.187,82	12.842,20
1.2.3.1.1.03 – Móveis e Utensílios	8.606,12	8.051,95
1.2.3.1.1.04 – Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	4.498,00	4.536,00
1.2.3.1.1.99 – Demais Bens Móveis	0,00	308,29
1.2.3.8.1.01 – (-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis	20.280,91	28.518,33
Total de Bens Móveis	20.109,10	11.041,90

Nota 7 – Imobilizado – Bens Imóveis: não há bens imóveis registrados de propriedade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município.

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados são decorrentes de obrigação de COMPREV a ser quitada no início de 2025, perante o INSS no valor de R\$ 1.134,75 e perante RPPS do Município de Jaguari no valor de R\$ 403,18, além do saldo de provisão de férias em 31/12/2024 reconhecido pelo regime de competência.

Nota 9 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do RPPS, cujos pagamentos foram suportados com recursos da Taxa de Administração. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e pendentes de pagamento e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 40,00, representando uma redução de 73,98% em relação ao ano anterior.

Nota 10 – Provisões: compreendem as obrigações presentes do RPPS, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. O destaque é para as provisões matemáticas previdenciárias as quais foram registradas de acordo com as informações presentes na Nota Técnica Atuarial elaborada pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, com data focal em 31 de dezembro de 2024, atendendo assim ao disposto no art. 3º da Portaria MF nº 464/2018 bem como à determinação do Tribunal de Contas do Estado, consignada no Ofício Circular DCF nº 18/2019. Em síntese, essas provisões refletem os custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte. O saldo das provisões matemáticas previdenciárias somou R\$ 51.151.219,47, representando um aumento de 32,24% em relação ao saldo anterior. Como consequência, o deficit atuarial, correspondente ao resultado negativo apurado atuarialmente por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores do fluxo de contribuições futuras, dos valores líquidos da compensação financeira, e dos parcelamentos vigentes a receber, diminuído dos valores dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios do RPPS, correspondeu, na data focal da Nota Técnica Atuarial, a R\$ 19.122.849,41, sendo que seu equacionamento será através de contribuição suplementar, na forma de alíquota de 14,32%, conforme previsto no art. 53, § 2º, I, da Portaria MF nº 464/2018.

Nota 11 – Demais Obrigações: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 25,94% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2024, 84,99% do passivo circulante. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior	Demais Obrigações a Longo Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior
2.1.8.8.0.00 – Valores Restituíveis	20.759,36	16.483,67	2.2.8.8.0.00 – Valores Restituíveis	0,00	0,00
Total a Curto Prazo	20.759,36	16.483,67	Total a Longo Prazo	0,00	0,00

Nota 12 – Variação da Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida fluante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante do RPPS de 2024 totalizou em R\$ 22.337,29, correspondendo ao Passivo Financeiro, na ótica do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64, acrescido do saldo de restos a pagar não processados. Na tabela a seguir, pode-se verificar que a Dívida Flutuante de 2024 apresentou um acréscimo de R\$ 4.861,30, variando negativamente em 27,82% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar do RPPS, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 5/2024, do Tribunal de Contas do Estado, informa-se que o estoque de restos a pagar em 31/12/2024 somou R\$ 14.430,18, todos com disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante do RPPS – Art. 92 da Lei Federal nº 4.320/1964				
Descrição	Saldo dos Exercícios Anteriores	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	0,00	992,32	992,32	1.577,93
Restos a Pagar Não Processados	7.021,80	24.502,21	31.524,01	12.852,25
Consignações	16.483,67	299.245,97	294.970,28	20.759,36
Totais	23.505,47	324.740,50	327.486,61	35.189,54

Nota 13 – Patrimônio Líquido do RPPS: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No caso da Unidade Gestora do RPPS, esse grupo é composto pelos saldos do resultado do exercício, que foi de R\$ 582.666,98 conforme detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais, os resultados de exercícios anteriores, cujo valor acumulado é de R\$ -12.443,49, bem como o saldo da conta de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ -3.748,68. No exercício de 2023, começou a ser alocado no grupo do Patrimônio Líquido, a Reserva Atuarial para Contingências que se soma o valor de R\$ 3.372.944,90 ocasionando um decréscimo de mais de 68% em relação ao ano de 2023.

Nota 14 – Ajustes de Exercício Anteriores: os valores registrados são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica, que apresentou saldo final devedor de R\$ 3.748,68 destacam-se os seguintes fatos ocorridos:

- a)** foi registrado a crédito em 30/04/2024 o valor de R\$ 3.075,09, tendo como contrapartida as contas do grupo do Ativo Não Circulante “Imobilizado”. O ajuste é relativo a transferência de saldo para correção de conta conforme Relação de Bens por Conta do sistema do Patrimônio;
- b)** foi registrado a crédito em 28/06/2024 o valor de R\$ 358,66, tendo como contrapartida as contas do grupo do Passivo Circulante “Pessoal a Pagar – Consolidação”. Referente ajuste de saldo conforme Relatório de Valores da Provisão de apenas 1/3 Férias, pois nosso Município não utiliza como prática a antecipação da remuneração de férias;
- c)** em 31/12/2024, lançamento a débito de R\$ 7.182,43 referente saldo atualizado a maior conforme constava no Relatório Acompanhamento de Acordo de Parcelamento do Ministério da Previdência Social.

Nota 15 – Superavit/Deficit Financeiro do Exercício: este quadro demonstra a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. Quando positivo Superavit, quando negativo Deficit.



Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais do RPPS

Anexo 15 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas: em atendimento à NBC TSP 11 resume-se no quadro abaixo, o comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), conforme a abordagem da sua natureza, cabendo destacar que, no aspecto orçamentário e financeiro, os valores encontram-se relacionados no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, respectivamente.

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		
Receitas Orçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior	Despesas Orçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior
Contribuições dos Segurados	1.026.094,00	917.720,28	Aposentadorias e Reformas	1.271.427,35	1.082.798,08
Contribuições Patronais	1.697.632,19	1.438.209,06	Pensões	256.980,85	213.518,87
Compensação Previdenciária Recebida	307.543,28	2.883,00	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Rendimentos das Aplicações Financeiras	2.888.242,72	3.655.276,01	Pagamento de Compensação Previdenciária	44.312,55	8.336,82
Outras Receitas Orçamentárias do RPPS	151,46	15,66	Sentenças Judiciais	0,00	0,00
Deficit da execução orçamentária	0,00	0,00	Despesas com Aplicações	8.174,38	8.204,44
			Despesas Administrativas do RPPS	143.329,43	253.806,97
			Superavit da execução orçamentária	4.195.439,09	4.447.438,83
VPA's Extraorçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior	VPD's Extraorçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior
Repasse financeiros recebidos	380,58	0,00	Repasse financeiros concedidos	60,00	0,00
Incorporação de Ativos	0,00	0,00	Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00	Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Reversão de Provisões	0,00	0,00	Aumento de Provisões	3.455.845,97	4.604.167,27
Outras VPA's Extraorçamentárias –	0,00	0,00	Outras VPD Extraorçamentárias –	157.246,72	17.804,02
Deficit independente da execução orçamentária	3.612.772,11	4.621.971,29	Superavit independente da execução orçamentária	0,00	0,00
Resultado Patrimonial –	0,00	174.532,46	Resultado Patrimonial –	582.666,98	0,00
DEFICIT			SUPERAVIT		

Nota 2 – Resultado Patrimonial: a apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA foram reconhecidas utilizando-se a lógica do regime de competência, com exceção das receitas orçamentárias que seguiram a lógica do regime de caixa de que trata o art. 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964. As VPD foram reconhecidas quando foi provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência, inclusive no que tange às despesas orçamentárias. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração, de acordo com sua Natureza de Informação Patrimonial. Após a apuração, o resultado foi transferido para as contas 2.3.7.1.X.01.00.00 – Superavit/Deficit do Exercício. Conforme acima evidenciado, observa-se que, no exercício financeiro de 2024, o resultado patrimonial decorrente das operações orçamentárias do RPPS apresentou um superavit de R\$ 4.195.439,09, que, pelo lado das receitas, teve como principal item os valores decorrentes de Contribuições Previdenciárias, tanto do servidor quanto do ente, além da variação positiva nos rendimentos das aplicações financeiras e, pelo lado das despesas orçamentárias o pagamento de Aposentadorias e Pensões. Por seu turno, o confronto das VPA e VPD relacionadas aos fatos não enquadrados com a execução orçamentária do RPPS evidenciou um deficit de R\$ 3.612.772,11, o qual foi influenciado principalmente pelo registro das Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de Provisões

Matemáticas Previdenciárias. Assim, o resultado da soma do superavit da execução orçamentária com o deficit independente da execução orçamentária evidenciou o resultado patrimonial positivo do exercício.



Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa do RPPS

Anexo 18 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: por se tratar da DFC da unidade gestora do RPPS, informamos que foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, **considerando os pagamentos e recebimentos intraorçamentários**. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do RPPS e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções, representadas principalmente pelas receitas das contribuições dos servidores, das contribuições patronais, dos rendimentos das aplicações financeiras, da compensação financeira e das transferências financeiras recebidas pelo RPPS. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos aos benefícios previdenciários de responsabilidade do RPPS, despesas administrativas suportadas com recursos da Taxa de Administração e demais despesas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais da unidade gestora geraram um fluxo positivo de R\$ 3.891.299,27, contribuindo positivamente para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme as orientações do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: não houve ingressos de receitas que movimentem essa modalidade, porém ocorreram desembolsos na aquisição de ativos não circulante com recursos da Taxa de Administração, gerando um fluxo negativo de R\$ 9.020,00 das Atividades de Investimentos do RPPS, contribuindo para redução na geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: considerada a natureza das operações do RPPS, e a restrição quanto ao uso dos recursos vinculados ao RPPS para o pagamento de benefícios previdenciários e para as despesas administrativas (art. 1º, III, da Lei Federal nº 9.717/1998), não foram registradas entradas e saídas no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, bem como as perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS, que excederam ao valor dos rendimentos acumulados no exercício.

IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR
Prefeito Municipal

CINTIA DUARTE
Presidente Conselho Administração

PAULO RENATO DE MATOS JR
Contador – CRC/RS 93.835